

Ministério da Pesca e Aquicultura

MEMÓRIA DE REUNIÃO			
Assunto:	3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CCPN		
Data: 28/08/2025	Início: 14:30 horas	Fim: 16:30 horas	Local: videoconferência com gravação
Relator:	Antônio Siqueira Assreuy		
PAUTA: <ol style="list-style-type: none">1. Abertura Presidente2. Aprovação da ata da última reunião3. Aprovação de sugestões de entidades de governo a serem convidadas para participar do CCPN4. Apresentação dos novos Convidados: Apresentação das indicações da Marinha do Brasil5. Avaliação do andamento do NGE/PROPESC - A apresentação será feita pelo Coordenador Técnico do PROPESC - Alisson Carvalho.6. Captura incidental da pesca - Apresentação pelo Presidente: Agnaldo Hilton dos Santos - PESCA-BR/SINDIPI e Presidente do Comitê de Conformidade do CCPN7. Propostas para o desenvolvimento do Programa Nacional de Conformidade e Competitividade da Pesca Nacional.8. Definição da Agenda Estratégica do Comitê para o biênio 20259. Assuntos Gerais/Encaminhamentos10. Encerramento <p>Link de acesso à reunião online (Microsoft Teams):</p> <p>https://teams.microsoft.com/v2/</p> <p>DESENVOLVIMENTO:</p> <p>1. Apresentação PROPESC - Alyson Carvalho Cardoso</p> <p>Relatou ação da Superintendência de SC (jun/ago/2025) no âmbito do Propesc:</p> <p>Evento com prefeitos e FECAM reuniu 9 prefeituras para credenciamento municipal e abertura de novas vistorias.</p> <p>Parceria MPA-municípios: contratação de engenheiros de pesca e oceanógrafos.</p> <p>Resultados em SC: 2.360 de 5.964 embarcações vistoriadas em 29 municípios; 81 dias de campo, atendendo 4.500 pescadores; Frota artesanal foi a mais participativa;</p> <p>Levantamento de propulsão: 1.816 a motor, 409 a remo;</p> <p>161 portos/pontos de pesca definidos.</p> <p>Destacou desafios logísticos, ajustes no cronograma nacional e publicação da Portaria nº 496/2025.</p> <p>Explicou diferença entre vistoria (regularização) e fiscalização (competência de outros órgãos).</p> <p>Enfatizou que o levantamento funciona como “censo da frota”, gerando dados para ordenamento pesqueiro e políticas públicas.</p> <p>Próximo esforço será realizado no Paraná, a partir de 16 de outubro</p>			

2. José Luis Ravagnani Vargas**Perguntas:**

As embarcações vistoriadas já estão em conformidade e autorizadas a pescar?

O que ocorre com as 5.000 não vistoriadas?

Haverá novo prazo para vistoria pública?

Resposta – Alyson Carvalho Cardoso:

Todas embarcações (vistoriadas ou não) impedidas de operar até dezembro/2027.

As 2.360 embarcações cumpriram vistoria, mas precisam da análise interna do MPA para autorização de 10 anos.

Demais embarcações têm até julho/2027 para vistoria privada.

Nova abertura de vistorias públicas depende de parceria MPA-municípios.

3. Agnaldo Hilton dos Santos

Parabenizou equipe e ressaltou importância do “censo da frota”.

Perguntas sobre não comparecimento de 250 embarcações, penalidades, consistência de dados e acesso à lista de ausentes.

Sindipi pediu acesso a lista de embarcações que não compareceram a vistoria.

Resposta – Alyson Carvalho Cardoso:

Não comparecimento inclui embarcações que não foram ao local ou optaram por vistoria privada.

Ausentes podem realizar vistoria privada até julho/2027; caso contrário, cancelamento.

Lista de embarcações ausentes pode ser disponibilizada.

Sistema de vistoria offline garante confiabilidade dos dados.

4. Laís Belsito**Perguntas:**

Possibilidade de reabertura de prazo para vistoria pública?

Como ocorre emissão da RAEP após vistoria e análise?

Respostas – Alyson Carvalho Cardoso:

Reabertura depende de credenciamento de parceiros locais (engenheiros, oceanógrafos); válida para qualquer estado.

Emissão RAEP: vistoria → análise → registro → envio por e-mail ou retirada presencial; superintendências não emitem mais diretamente.

Dificuldades: erros em relatórios de vistorias privadas, corrigidos pela equipe técnica.

Evento em SC em 11/10/2025 para entrega de autorizações de embarcações regularizadas.

5. Eloy Araújo

Relatou dificuldades logísticas e discrepância entre cadastro MPA (26 mil) e estimativas (40 mil).

Apontou falhas no decreto, RAEP e Plano Safra; sugeriu que embarcações já vistoriadas fossem direto ao monitoramento.

Propôs modelo para lidar com frota clandestina e reabertura de programas (óleo diesel).

Resposta – Alyson Carvalho Cardoso:

Ordenamento só ocorre se houve transformação da embarcação (ex.: alteração de tamanho).

Objetivo: garantir frota adequada às normas.

Complemento:

Eloy criticou burocracia e cancelamento de permissões (2.500), alimentando frota clandestina.

Agnaldo reforçou importância do Propesc na regularização e uso de sistemas digitais para agilizar processos.

6. Antonio Siqueira Assreuy

Sugere formalizar demandas (ex.: óleo diesel) via ofício ao Ministério.

Propôs grupo para elaborar relatório de ações estratégicas para o Programa Nacional de Conformidade e Competitividade da Pesca.

7. Daniel Henrique Cabral

Destacou necessidade de instituto nacional de pesquisa pesqueira.

Retrospectiva histórica da gestão de estoques (1996–2006) e impactos de moratórias de espécies.

Sugere avaliação científica conjunta de espécies e estoques compartilhados.

8. José Luis Ravagnani Vargas

Reforçou necessidade de resultados concretos do comitê de conformidade, aprimoramento de políticas e criação de grupos temáticos.

9. Vilmar Santos Ferreira Ximenes

Destacou falta de recursos como entrave; mencionou leis em tramitação (Lei 4004, 4414/2016, Fundo de Amparo ao Pescador).

10. Integração Institucional

Agnaldo e Antonio destacaram necessidade de ação direta, planejamento estratégico e formalização de documentos ao Conape.

Laís reforçou necessidade de alinhamento jurídico e normativo.

Eloy enfatizou histórico de falhas e necessidade de priorização gradual de problemas.

Daniel reforçou cooperação internacional para estoques compartilhados.

CF Fonseca Azeredo e Antonio Siqueira destacaram papel da Marinha na coordenação e proteção do setor.

11. Encerramento – Agnaldo Hilton dos Santos

Reforçou disponibilidade do MPA para o setor.

Lembrou do evento de 11/10 em Itajaí com o ministro da pesca.

Destacou demanda futura sobre moção de proibição de tubarão para exportação.

Agradeceu a participação de todos e se colocou à disposição para futuros contatos.

Principais Pontos de Ação

Participação no evento de 11/10/2025 em Itajaí, fortalecendo parcerias com setor industrial e pescadores.

Atenção à moção sobre proibição de tubarão e alinhamento com Conama.

Disponibilização de lista de embarcações não vistoriadas e acompanhamento de regularização até julho/2027.

Criação de grupo menor para consolidar propostas e prioridades para o Programa Nacional de Conformidade e Competitividade da Pesca.

Formalização de demandas estratégicas ao Ministério (óleo diesel, ordenamento, monitoramento).

Fortalecimento da integração entre MPA, Marinha, PROPESC e municípios.

ENCAMINHAMENTOS:

Parcerias para Vistorias Públicas: Formalizar pedido de lista das embarcações que não compareceram à vistoria pública para que o sindicato possa comunicar os associados e incentivar a regularização. (Agnaldo, Alyson)

Reabertura de Chamamento para Vistoria Pública: Dialogar com municípios para verificar possibilidade de contratação e credenciamento de engenheiros de pesca ou oceanógrafos para viabilizar nova abertura de vistoria pública. (Alyson)

Ofício sobre Programa do Óleo Diesel: Elaborar contextualização e enviar ofício ao Ministério solicitando retorno sobre a possibilidade de publicação de novos beneficiários do programa do óleo diesel para embarcações regularizadas até 2027. (Eloy, Antônio)

Nivelamento de Conceitos sobre Espécies e Competências: Organizar apresentação ou fórum para nivelar entendimentos sobre conceitos de fauna acompanhante, espécies ameaçadas, competências institucionais e integração entre normas nacionais e internacionais. (Laís)

Criação de Grupo Temático para Propostas de Solução: Criar grupo temático dentro do comitê para trabalhar e apresentar proposta de encaminhamento ao CONAPE sobre soluções para os problemas de conformidade, espécies ameaçadas e pesca incidental. (Jose)

Documento para Reativação do Comitê de Espécies Ameaçadas: Redigir documento do comitê de conformidade endereçado ao CONAPE cobrando a recriação e funcionamento do comitê de espécies ameaçadas. (Jose)

Planejamento de Programa Nacional de Conformidade: Montar relatório com pacote de ações e cronograma de trabalho sugeridos pelo comitê para subsidiar a criação do Programa Nacional de Conformidade e Competitividade da Pesca. (Antonio, Agnaldo)

PARTICIPANTES:**Presidência e Coordenação**

Agnaldo Hilton dos Santos — PESCA-BR (Presidente do CCPN)

José Luis Ravagnani Vargas — MPA (Secretário do CCPN)

Antônio Siqueira Assreuy — MPA (Supervisor do CCPN)

Membros Titulares e Suplentes Presentes

Ivo da Silva — CBPA

Elizeu Augusto de Brito — FAEP-BR

Laís Belsito Pestana — ABIPECA (Titular)

Aniella Banat — ABIPECA (Suplente)

Amarildo Martins de Oliveira — CONFAPESCA (Suplente)

Jose Henrique Pereira — SINTRAPESC

Edvandro Soares de Araujo — CNPA

Maxuel José Monteiro da Costa — CONTTMAF (Suplente)

Tiago Frigo - SAQ/ SC

Helen A raujo - CFMV

Rafael Medeiros - SPERB (MMA)

Alexandre Fonseca de Azeredo (MARINHA DO BRASIL)

Daniel de Azevedo Dias dos Santos (MARINHA DO BRASIL)

Convidados

Alisson Carvalho -Coordenador Técnico do PROPESC.

TAREFAS:	Responsáveis	Entrega
<p>Parcerias para Vistorias Públicas:</p> <p>Formalizar pedido de lista das embarcações que não compareceram à vistoria pública para que o sindicato possa comunicar os associados e incentivar a regularização.</p> <p>Reabertura de Chamamento para Vistoria Pública:</p> <p>Dialogar com municípios para verificar possibilidade de contratação e credenciamento de engenheiros de pesca ou oceanógrafos para viabilizar nova abertura de vistoria pública.</p> <p>Ofício sobre Programa do Óleo Diesel:</p> <p>Elaborar contextualização e enviar ofício ao Ministério solicitando retorno sobre a possibilidade de publicação de novos beneficiários do programa do óleo diesel para embarcações regularizadas até 2027.</p> <p>Nivelamento de Conceitos sobre Espécies e Competências:</p> <p>Organizar apresentação ou fórum para nivelar entendimentos sobre conceitos de fauna acompanhante, espécies ameaçadas, competências institucionais e integração entre normas nacionais e internacionais.</p> <p>Criação de Grupo Temático para Propostas de Solução:</p> <p>Criar grupo temático dentro do comitê para trabalhar e apresentar proposta de encaminhamento ao CONAPE sobre soluções para os problemas de conformidade, espécies ameaçadas e pesca incidental.</p> <p>Documento para Reativação do Comitê de Espécies Ameaçadas:</p> <p>Redigir documento do comitê de conformidade endereçado ao CONAPE cobrando a recriação e funcionamento do comitê de espécies ameaçadas.</p> <p>Planejamento de Programa Nacional de Conformidade:</p> <p>Montar relatório com pacote de ações e cronograma de trabalho sugeridos pelo comitê para subsidiar a criação do Programa Nacional de Conformidade e Competitividade da Pesca.</p>	<p>-Participantes do comitê;</p> <p>-Representante do MPA</p> <p>-Participantes do comitê.</p>	<p>30 dias</p> <p>30 dias</p> <p>30 dias</p>

Próxima Reunião:

27/11/2025



Documento assinado eletronicamente por **Aginaldo Hilton dos Santos, Usuário Externo**, em 15/09/2025, às 11:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSE LUIS RAVAGNANI VARGAS, Diretor(a)**, em 15/09/2025, às 17:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO SIQUEIRA ASSREUY, Coordenador(a)-Geral**, em 15/09/2025, às 17:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site:

https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **45304882** e o código CRC **6B47E70F**.

Referência: Processo nº 00350.000479/2024-90

SEI nº 45304882